

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 3 | 2017

*A cooperação chinesa para o
desenvolvimento de tecnologias verdes
frente ao "novo normal"*

Gustavo Erler Pedrozo,
Mauri da Silva



*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A COOPERAÇÃO CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VERDES FRENTE AO “NOVO NORMAL”

Gustavo Erler Pedroso¹

Mauri da Silva²

Resumo: A alteração climática e suas consequências têm impulsionado o desenvolvimento de tecnologias verdes como alternativa às energias fósseis. Nos últimos anos, a China aumentou substancialmente os investimentos e desenvolvimento de tecnologias verdes e se posicionou como líder na promoção da cooperação Sul-Sul para o tema. Este trabalho buscou analisar as políticas chinesas de cooperação para o desenvolvimento no setor energético de acordo com a hipótese do Novo Bandung de Giovanni Arrighi e com uma definição mais ampla de Cooperação Sul-Sul. Assim, foram analisados: (1) projetos financiados pelo Novo Banco de Desenvolvimento e pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; (2) empréstimos e financiamentos concedidos pelos bancos chineses de desenvolvimento; e (3) grandes investimentos chineses no setor de energia. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza aplicada, a abordagem ao problema de pesquisa será qualitativa e do tipo exploratória e terá como critério técnico para o levantamento e coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Os dados apontam que os investimentos e financiamentos direcionados à periferia concentram-se em setores energéticos tradicionais em proporção maior que à cooperação para energias verdes. Argumenta-se que os fatores determinantes para isso são: a “nova normalidade”, os compromissos internacionais para o clima, os limites ambientais internos e a capacidade do governo chinês em articular seus interesses mediante atuação de diversas instituições.

Palavras-chave: China. Cooperação Sul-Sul. Tecnologias verdes.

CHINA’S COOPERATION FOR DEVELOPMENT OF GREEN TECHNOLOGY AFTER THE “NEW NORMAL”

¹ Mestre e doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FFC-UNESP. Membro do Grupo de Pesquisa dos BRIC. Email: gu_pedroso@yahoo.com.br.

² Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FFC-UNESP. Professor da Faculdade de Tecnologias de Ourinhos - FATEC e das Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO. Email: mauri.silva@fatecourinhos.edu.br.

Abstract: Climate change and its consequences have stimulated the development of green technologies as an alternative to the fossil energy sources. In recent years, China has substantially increased investment and development of green technologies and has positioned itself as a leader in promoting South-South cooperation for climate change. This paper aimed to analyze the Chinese Cooperation for Development in the energy sector in according to the Giovanni Arrighi New Bandung's hypothesis and a wider South-South Cooperation definition. Thus, we analyzed: (1) projects financed by the New Development Bank and the Asian Infrastructure Investment Bank; (2) loans and financing from Chinese development banks; and (3) large investments in the energy sector provide by Chinese enterprises. The data showed that investments and financing are concentrated in traditional energy sectors in greater proportion than cooperation for green energy. We argue that the determining factors for that are the “new normal”, the recent international climate commitments, the internal environmental limits, and the ability of the Chinese government to articulate its interests through its economic planning institutions.

Keywords: China. South-South Cooperation; Green technology

I. Introdução

Existe uma crescente preocupação da comunidade internacional com a sustentabilidade do planeta. Por um lado, a preocupação com a mudança climática exige que repensemos o uso de combustíveis fósseis como fonte energética. Por outro lado, o maior crescimento econômico e a melhoria nas condições de vida dos países em desenvolvimento pressionam ainda mais a demanda por energia. A intensificação deste *trade-off* vem obrigando a comunidade internacional a buscar um novo paradigma alternativo à matriz energética internacional, sendo depositado grande esperança nas tecnologias verdes (energias renováveis). Recentes reuniões sobre o clima, em especial a COP21 (21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, UNFCCC na sigla em inglês), de onde resultou o Acordo de Paris, indicam a possibilidade de maior cooperação internacional sobre o tema.

A China já assimilou bem essa ideia e passou a investir grandes quantias no desenvolvimento de energias alternativas e no aumento da eficiência de suas fontes tradicionais de energia (FS-UNEP, 2016). Em 2014, junto aos Estados Unidos, assumiu compromissos para reduzir a emissão de gases poluentes. Tais compromissos foram reafirmados em 2015, no Acordo de Paris, quando a China apresentou meta ambiciosa de adequação de sua matriz energética a ser perseguida nos próximos anos (CHINA, 2015). No mesmo documento, enfatizou a necessidade de cooperação para que outros países possam adequar-se às metas necessárias para frear o aquecimento global e, em encontros paralelos à Conferência das Partes, lançou-se como espécie de líder do Sul em busca de cooperação para as iniciativas de mitigação e adaptação (HONGQIAO, 2016).

Essas discussões e iniciativas ocorrem em um período em que a China apresenta arrefecimento de sua economia, passando de uma taxa de crescimento de cerca de 10% ao ano, para algo próximo de 6,5% ao ano (NBS, 2016). A esse novo ritmo de crescimento as lideranças chinesas atribuíram o *slogan* “novo normal”. Quando comparado com o modelo de desenvolvimento anterior, destaca-se a ênfase no mercado interno como motor do crescimento, em detrimento da orientação à exportação. Outra característica que chama a atenção nesse mesmo contexto, reside no fato de que setores estimulados pela política anticíclica após a crise de 2008, a saber aqueles voltados para energias fósseis, infraestrutura e construção em geral, passaram a apresentar capacidade ociosa (FENG, 2017).

Diante desse quadro, procurou-se questionar: no contexto de transição de seu modelo de crescimento econômico, como a China se relaciona com o mundo em desenvolvimento³ no que se refere às políticas de cooperação para o desenvolvimento em tecnologias verdes e à promoção de uma economia de baixo carbono? Como hipótese, sugere-se que, embora registre-se aumento dos mecanismos de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento relacionados às energias verdes, eles são contraditórios com a política econômica chinesa mais recente. Ademais, procura-se sustentar que a capacidade de articulação interna do governo chinês e sua diplomacia econômica, acionadas sob a administração de Xi Jinping, são determinantes para direcionar à periferia e semiperiferia *know how* e capitais ociosos e redundantes no mercado interno chinês, frequentemente relacionados com tecnologias de geração de energia obsoletas e altamente poluidoras.

Como aporte teórico a esta investigação e em um plano mais amplo, que remete às discussões sobre o caráter da ascensão chinesa, utilizou-se a hipótese do Novo Bandung de Arrighi (2008, p. 388). De acordo com o autor ítalo-americano, uma forma de verificar o papel da China no atual ciclo sistêmico de acumulação seria identificar o destino de seus capitais, obtidos principalmente por meio de sistemáticos superávits comerciais e os desequilíbrios macroeconômicos pelo mundo. Em outras palavras, seria necessário considerar se os superávits em transações correntes da China serviriam para financiar a dominação pós-hegemônica dos Estados Unidos⁴ ou se poderiam ser úteis para financiar um ímpeto emancipatório do Sul viabilizado, entre outros fatores, por instituições que escapassem a lógica da financeirização promovida por instituições financeiras das economias centrais e o aparato institucional legado de Bretton Woods. Embora, após a crise de 2008, a anterior tendência do desequilíbrio global tenha se revertido no sentido de reduzir a distância entre os déficits em transações correntes do Norte, em especial Estados Unidos, e os superávits do Sul,

³ Utiliza-se o termo “mundo em desenvolvimento” pelo fato de ser o mesmo utilizado nos documentos chineses para fazer referência àqueles países que se encaixariam na definição de Cooperação Sul-Sul.

⁴ Para Arrighi (2008), a hegemonia norte-americana esteve baseada na expectativa de que, sob sua liderança, o Estado de bem-estar keynesiano poderia ser compartilhado com o mundo todo. Os anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial foram marcados pela proliferação das políticas intervencionistas de tipo keynesiano, fosse nos programas de reconstrução da Europa e Japão, fosse mediante as políticas de ajuda ao desenvolvimento destinados à periferia e semiperiferia. Tais políticas continham em si os elementos que minariam a capacidade de competição do setor produtivo dos Estados Unidos. Na concepção dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi, o mecanismo de enfrentamento desse problema seria a financeirização da economia central. O conjunto de políticas identificadas como neoliberalismo deteriorou, por um lado, os ganhos sociais, sobretudo nos países centrais. Por outro lado, sobretudo na semiperiferia, a industrialização não foi capaz de promover maior distribuição de renda entre os países. Assim, quando a potência hegemônica deixa de representar uma ordem em que seus fiadores têm a percepção de ganho compartilhado, sua relação deixa de ser hegemônica e passa a ser de dominação.

em especial da China, instituições financeiras, nacionais e multilaterais, sustentadas, influenciadas ou criadas pela China adquiriram cada vez mais importância. Acrescente-se a esse cenário o movimento de internacionalização de empresas chinesas, frequentemente estatais ou de capitais misto.

Em um plano mais específico e diante da ênfase da diplomacia chinesa no “resgate do Espírito de Bandung”, nas relações de benefício mútuo e na cooperação Sul-Sul, julgou-se necessário investigar os aspectos históricos e conceituais que envolvem essa discussão. Além disso, na medida em que se procura responder qual o objetivo e quais os mecanismos da cooperação Sul-Sul, evidenciam-se alguns elementos metodológicos importantes para esta investigação. Pesquisas recentes (LEITE, 2012; AYLLÓN, 2014) apontam para a necessidade de se considerar a cooperação Sul-Sul para além dos mecanismos tradicionais da ajuda Norte-Sul, isto é, para além da “ajuda oficial para o desenvolvimento”. Com efeito, outros fluxos financeiros, acordos de transferência de tecnologia ou mesmo os fluxos de comércio adquirem importância na mensuração da prática de cooperação Sul-Sul. Contudo, em consonância com a hipótese de Arrighi e perante a disponibilidade de dados, priorizou-se, neste trabalho, uma análise do aporte de capitais voltados para o setor energético em: i) instituições multilaterais voltadas para o Sul Global com destacada participação chinesa; ii) bancos e fundos chineses de desenvolvimento, em que se incluem os créditos à exportação oferecido pelo Exim Bank da China; e iii) grandes investimentos chineses realizados no exterior.

Baseado nesses aportes teóricos e metodológicos, nas seções seguintes, realizamos: i) uma análise do debate sobre a alteração climática, a necessidade de diversificação da matriz energética e a participação da China nesse processo; ii) um levantamento da Cooperação Sul-Sul enquanto conceito histórico-político buscando, posteriormente, evidenciar elementos metodológicos; iii) uma análise dos padrões de desenvolvimento econômico recente da China e suas principais implicações atuais; e iv) uma análise da cooperação chinesa para energias verdes em três esferas: instituições multilaterais que, em tese, desafiam a lógica da ajuda Norte-Sul, os fundos e bancos de desenvolvimento da China e os investimentos chineses em energia no exterior.

II. As negociações sobre alteração climática e a participação da China: em direção a uma economia de baixo carbono?

A energia sustenta a civilização e vem impulsionando uma radical mudança econômica que transformou o mundo ao longo dos últimos dois séculos; as tecnologias a vapor e

petróleo, por exemplo, afiançam isto. Assim como a civilização, as fontes de energia também vêm mudando. O desenvolvimento das forças produtivas trouxe consigo duas importantes questões: (i) crescimento na demanda por energia - aproximadamente 18 vezes nos últimos 200 anos; e (ii) demanda por novas fontes de energia.

Diante de tal quadro, a discussão sobre transição energética ganha maior relevância. No passado, a transição energética ocorreu por uma confluência de fatores. Ao longo dos últimos 250 anos, a fonte de energia primária na matriz energética migrou da biomassa para o carvão e, depois, para o petróleo. De algum modo, a nova fonte de energia apresentou-se como melhor, mais rápida, mais barata, e mais adequada do que sua antecessora. A inovação tecnológica trouxe novos usos aos combustíveis que transformou o sistema de energia; o carvão impulsionou a industrialização e os transportes; o petróleo impulsionou a mobilidade e o desenvolvimento de novas cadeias produtivas como o setor petroquímico, por exemplo. A eletricidade proporcionou uma nova forma de transportar e usar energia. É importante ressaltar que, repetidamente, o preço da nova fonte de combustível e de seus concorrentes foi o elemento crítico para guiar a mudança energética. Considerando tais mudanças sobre a forma de produção de energia, uma questão relevante pode ser suscitada nesta fase do desenvolvimento das forças produtivas capitalista: a transição tecnológica na direção de energias verdes e, portanto, de tecnologias verdes é realmente necessária?

No alvorecer do século XXI, dois fatores têm chamado atenção e estimulado o debate sobre uma possível nova transição energética. O primeiro deles é o crescimento econômico de áreas periféricas, acompanhado do aumento da demanda por energia nessas regiões. Em 2000, o mundo desenvolvido (tendo os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE como *proxy*) consumia 52% da energia primária disponível. Em 2010, a proporção era de 42%, com projeção de cair para 32% em 2035. Em contrapartida, no mundo em desenvolvimento, como consequência do maior ritmo do crescimento populacional e da renda, a demanda por energia ultrapassou a dos países desenvolvidos. Vale salientar que, ao redor do mundo, aproximadamente 1,3 bilhões de pessoas ainda estão excluídas do acesso a fontes modernas de energia. Erradicar a pobreza energética é um importante veículo de integração de pessoas e países na moderna economia⁵. Contudo, a quantidade de energia necessária para atender tal meta, estimada em 30% mais em duas décadas, tem despertado dúvidas sobre a capacidade das fontes tradicionais de energia,

⁵ Cabe ressaltar que, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o ponto 7 destaca o “o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos” (ONU, 2014; ONU, 2014).

principalmente fóssil, em atender tal demanda. As energias de baixo carbono e de fontes renováveis representariam uma saída a esse problema (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013).

O segundo fator tem relação com a mudança climática e as repercussões políticas deste tema que passou a ser objeto de atenção de organizações e atores internacionais influentes. Para além da evidente vulnerabilidade das regiões litorâneas, em especial das pequenas ilhas que poderiam ser ameaçadas pelo aumento do nível dos oceanos, os impactos da mudança climática podem interferir negativamente na segurança alimentar e no comércio dos países mais pobres, localizados nas regiões de baixa latitude (ELBEHRI, ELLIOTT e WHEELER, 2015). Considera-se que ambos fatores justificam o esforço em se observar o tema das questões climáticas e das energias verdes sob o prisma da cooperação para o desenvolvimento.

Seja pela divulgação de iniciativas nacionais, seja pela proposição de medidas para cooperação sobre alteração climática, preocupações desta ordem estão refletidas, por exemplo, em relatório recente da União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2016). O tema também faz parte da preocupação norte-americana, que se materializou em incentivos e regulações para energia de baixo carbono. Assim, por exemplo, avaliações do *The National Renewable Energy Laboratory* predizem que 80% da energia elétrica produzida nos Estados Unidos em 2050 poderá vir de fontes renováveis (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013). Ademais, chama a atenção o fato de que o investimento em energias renováveis dos países em desenvolvimento foi, pela primeira vez, maior que aquele apresentado pelas economias desenvolvidas no ano de 2015. Deve-se considerar, contudo, que tais investimentos se concentram em grandes países como Brasil, China e Índia (FS-UNEP, 2016).

Como os maiores consumidores de energia no mundo, é importante ressaltar que China e Estados Unidos haviam anunciado um acordo conjunto para frear o aquecimento global em 2014. Segundo aquele documento, Estados Unidos pretendiam que, em 2025, suas emissões fossem entre 26% e 28% menores que em 2005. A China, por sua vez, almeja atingir seu pico de emissões até 2030, para isso, elevando em 20% a participação das fontes renováveis (tecnologias verdes) na matriz energética (ESTADOS UNIDOS, 2014). Anteriormente, em 2009, a China já havia publicado documento anunciando sua ambiciosa meta de reduzir a emissão de dióxido de carbono por unidade do PIB, até o ano de 2025, para um valor entre 40% e 45% menor que o verificado em 2005 (CHINA, 2015). É fundamental salientar que essas intenções foram unidas a uma série de outras iniciativas nacionais na COP21 (21º

Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, UNFCCC na sigla em inglês), encontro realizado em Paris, no final de 2015⁶.

A COP21 foi palco de um dos mais recentes avanços em termos de cooperação para redução da emissão de gases poluentes. O Acordo de Paris, celebrado no referido encontro, instou as partes a divulgarem suas metas pretendidas para mitigação e adaptação a partir de 2020. Das 197 Partes que compõem a UNFCCC, 194 assinaram o Acordo e 127 já comunicaram o primeiro INDC⁷ (sigla em inglês para “Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas”). A proposta do Acordo de Paris é unir esforços para manter a média climática em 2°C acima dos níveis pré-industriais nos próximos anos e, posteriormente, perseguir a meta de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais⁸.

O documento publicado em Paris também enfatiza a necessidade de se garantir mecanismos que auxiliem os países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos a formular e implantar suas metas de mitigação e adaptação à alteração climática. Para isso, propõe a ampliação do montante destinado aos mecanismos financeiros a um piso de US\$100 bilhões ao ano até 2025. Os mecanismos financeiros, isto é, as linhas de financiamento para projetos de adaptação e mitigação, são geridos pelo Fundo Verde Climático (GCF, na sigla em inglês) e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, em sua sigla em inglês). Para que os objetivos financeiros sejam atingidos, o documento é enfático em admitir a obrigatoriedade de engajamento dos países desenvolvidos, mas encoraja a participação de países em desenvolvimento na forma da Cooperação Sul-Sul (CSS) (UNITED NATIONS, 2015).

Em 2015 e 2016, paralelamente à COP21 e COP22, ocorreram os Fóruns de Alto Nível para Cooperação Sul-Sul sobre Mudança Climática. A China aparece com grande destaque nessa agenda. De maneira coerente às suas diretrizes de política externa, coloca-se como um país em desenvolvimento e assume uma posição de liderança dentro desse grupo de países.

⁶ Os Estados Unidos, após a chegada de Donald Trump à presidência, passaram a apresentar posição, no mínimo, mais relaxada em relação às políticas sobre alteração climática. Ponto mais evidente dessa diretriz foi o anúncio, em agosto de 2017, de que os Estados Unidos se retirariam do Acordo de Paris (MEYER, 2017). Embora sem clareza de posição em relação à existência ou não de aquecimento global, a administração Trump busca trazer a questão econômica para o centro do debate, evocando a necessidade de geração de empregos industriais e utilização de óleo de xisto, gás natural e carvão mineral extraídos internamente como forma de reduzir a dependência do exterior (UNITED STATES, 2017).

⁷ Uma lista detalhada sobre o status das Partes pode ser acessada em: http://unfccc.int/paris_agreement/items/9444.php. A relação completa dos INDC já submetidos pode ser acessada em: <http://www4.unfccc.int/submissions/indc/Submission%20Pages/submissions.aspx>.

⁸ Embora o Acordo de Paris seja celebrado com entusiasmo, outras interpretações o veem com ressalvas. Para uma leitura crítica ver Rogelj, et al (ROGELJ, ELZEN, *et al.*, 2016).

Essa característica fica evidente quando se observa que não há envolvimento direto da China na concessão de financiamentos para os projetos geridos pelos fundos. Pelo contrário, no caso do GEF, a China figura no topo das partes que tiveram projetos aprovados ou estão em fase de aprovação⁹. Por outro lado, além de iniciativas isoladas de cooperação que são destacadas no INDC chinês (CHINA, 2015), chama a atenção a maneira como a China se envolve nos debates que orbitam a UNFCCC.

Paralelo à COP20, no Peru, a Comissão Nacional para Reforma e Desenvolvimento da China financiou, junto a outras instituições, o primeiro Fórum de Cooperação Sul-Sul para Mudança Climática. Posteriormente, em setembro de 2015, Xi Jinping anunciou um aporte de US\$3,2 bilhões para o então nomeado Fundo de Cooperação Sul-Sul para Mudança Climática (SSCF, na sigla em inglês). Durante a COP21, o presidente chinês enalteceu novamente as iniciativas Sul-Sul como complemento importante às obrigações do mundo desenvolvido e disse que lançaria 10 projetos de baixo carbono, 100 projetos de mitigação e adaptação e 1.000 oportunidades de capacitação para países em desenvolvimento, embora sem maiores detalhes. Sobre o envolvimento chinês nas negociações climáticas, vale destacar o que disse o ex-ministro Xie Zhenhua:

O SSCF pode ser visto como um complemento do GFC. Enquanto o GFC representa a obrigação dos países desenvolvidos em ajudar os países em desenvolvimento a se adaptar à mudança climática, o SSCF mostra a expansão das obrigações da China com a cooperação Sul-Sul em conformidade com suas próprias condições nacionais e estágio de desenvolvimento (HONGQIAO, 2016)¹⁰.

Temos aqui uma situação complementar que merece ser analisada. Em primeiro lugar, consideramos que os fatores que contribuem atualmente para uma nova transição energética contêm elementos que justificam a utilização de categorias da cooperação para o desenvolvimento como forma de abordagem. Em segundo lugar, a atuação chinesa nesse processo, deve ser compreendida à luz de seus interesses políticos e econômicos. Ao mesmo tempo em que o ex-ministro é categórico em afirmar a não-obrigatoriedade da participação chinesa nas questões climáticas e no fomento da utilização de energias verdes, um relatório do “The Global Economic Governance Initiative” afirmou que “os bancos chineses emergiram como líderes globais no financiamento do desenvolvimento em geral e no financiamento de

⁹ Entre projetos já concluídos aprovados ou em fase de aprovação, desde 1991, a China conta com 159 acessos ao GEF. Como comparação, países como Brasil, Rússia, Índia e África do Sul tiveram 67, 62, 83 e 50 projetos respectivamente (GEF, 2016).

¹⁰ Tradução nossa.

projetos energéticos para governos de países em desenvolvimento em particular” (GALLAGHER, KAMAL, *et al.*, 2016). Tal conjuntura suscita a seguinte indagação: no contexto de transição de seu modelo de crescimento econômico, como a China se relaciona com o mundo em desenvolvimento no que se refere às políticas de cooperação para desenvolvimento de tecnologias verdes e promoção de uma economia de baixo carbono?

III. A cooperação para o desenvolvimento e as questões climáticas

A cooperação para o desenvolvimento surgiu após a Segunda Guerra Mundial, conforme se intensificou o debate sobre o próprio desenvolvimento. Nos marcos da teoria da modernização, o engajamento do bloco ocidental, sob orientação dos EUA de Harry Truman, deu início à construção de espaços institucionais que prometiam levar o desenvolvimento capitalista para as regiões pobres do planeta. A “ajuda para o desenvolvimento” brindada pelo Ocidente teve a OCDE como elemento aglutinador das iniciativas nacionais e o Banco Mundial como principal organismo multilateral para a prática. Embora esses organismos permaneçam como núcleo da cooperação de tipo norte-sul (CNS), pode-se dizer que suas diretrizes variaram conforme se alteraram os paradigmas dominantes em dois períodos distintos.

Entre os anos 1950 e 1970, foi dada prioridade às políticas que, em tese, combatiam a debilidade na formação de poupança e a consequente incapacidade para que grandes investimentos fossem realizados. O Banco Mundial, em especial, se engajou na construção de uma série de projetos de infraestrutura e plantas produtivas industriais nos países em desenvolvimento (PEREIRA, 2010). No âmbito da ONU (UNCTAD), chegou a ganhar terreno a proposta de Prebisch para que se criassem mecanismos de ressarcimento do excedente da periferia enviado ao centro via sistemática deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 2000). Todavia, conforme a contrarrevolução monetária avançou, o paradigma fordista-keynesiano foi perdendo força e o dirigismo estatal passou a ser criticado, as políticas de ajuda para o desenvolvimento também se alteraram. A partir da década de 1980, o Banco mundial, por exemplo, passou a financiar mais projetos voltados à segurança alimentar e alívio da pobreza extrema (PEREIRA, 2010). Agências nacionais de cooperação dos países da OCDE seguiram orientação semelhante (MILANI, 2014). Frente à crítica da intervenção estatal na economia, os projetos de infraestrutura e produção ficaram relegados ao livre-fluxo de capitais e à mercê do ânimo do mercado (BANCO MUNDIAL, 1991). Embora com maior espaço para diálogo com os países do Sul, a ONU, em alguma medida, também incorporou

essa agenda, como fica evidente no teor dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹¹.

Com recorte de tempo similar, construía-se o movimento de Cooperação Sul-Sul. Em um primeiro momento, ainda na década de 1950, as iniciativas concentraram-se nos países africanos e asiáticos, em especial na Conferência de Bandung. O tema predominante neste período repousava na coexistência pacífica entre os povos e no princípio da não-intervenção, tema caro àqueles que tinham na memória recente a agruras da invasão estrangeira. Na segunda fase, com o processo de descolonização já avançado, o tema do desenvolvimento nacional ganhou força. Países latino-americanos passaram a se identificar com a agenda. Na terceira fase, a coalizão do Sul atingiu elevado nível de concertação de interesses e passou a forçar os interlocutores do Norte ao diálogo. A crise do petróleo em decorrência da atuação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e as conversações exigindo uma Nova Ordem Econômica Internacional são exemplos ilustrativos do período (VIGEVANI, 1994).

A virada ideológica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 também interferiu na CSS. A ascensão dos governos neoliberais na periferia intensificou progressivamente a disputa por capitais pela lógica do mercado e minou a agenda construída anteriormente. O fim da União Soviética também retirou o sentido, na prática, da existência de um grupo de países organizados em torno de uma agenda “equidistante”. Do ponto de vista econômico, a crise da dívida em alguns grandes países da periferia reduziu suas capacidades de atuação. Esse quadro se acentuou com as crises da década de 1990. O século XXI, contudo deu novo fôlego à CSS. O crescimento econômico mais dinâmico dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos e a maior inter-relação econômica entre aqueles países sugeria que a coalizão do Sul poderia ocorrer em um nível mais complexo. O aumento dos encontros internacionais que têm por tema a CSS, a formulação de coalizões como os BRICS e seu banco de desenvolvimento, o IBAS (Índia Brasil e África do Sul), o G20 Comercial, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e as pressões para reforma do sistema internacional em diversos aspectos indicam que a CSS esteve em alta neste início de século (LEITE, 2012; CABANA, 2014).

Tendo visto por alto alguns pontos da evolução histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento, falta questionar: como mensurar estas práticas? Ayllón (2006)

¹¹ Informações sobre os ODM estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Importante salientar que a agenda pós-2015 incorpora demandas oriundas do Sul e passa a fazer referência direta a questões econômicas de crescimento e industrialização, embora o faça pelo viés do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

propõe que analisemos a característica dos recursos e fundos utilizados e os instrumentos e destinos. Para uma distinção mais clara entre a CSS e a CNS, acrescentamos a necessidade de se analisar os objetivos da cooperação. Passemos às definições para tornar mais clara a tipologia. A OCDE, que fornece desde 1963 uma definição homogênea adotada por todos os seus membros, diz que o principal objetivo dos fluxos financeiros classificados como Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) é a “promoção de desenvolvimento econômico e bem-estar dos países em desenvolvimento”. Embora esta definição seja passível de diversas interpretações acerca do que é desenvolvimento, a delimitação serve aos nossos propósitos atuais, uma vez que podemos considerar os projetos de mitigação e adaptação sob a ótica do *desenvolvimento sustentável*.

Sobre os recursos: i) são unicamente de ordem financeira ii) de origem pública, isto é, oferecidos por agências oficiais iii) não devem estar condicionados à compra de bens e serviços do doador e iv) precisam oferecer taxas de juros abaixo dos preços de mercado (OECD, 2008). Em relação ao meio-ambiente as definições se mantêm e são acrescidos outros cinco filtros sobre os quais a instituição mantém dados estatísticos: i) proteção e gestão ambiental em geral, ii) biodiversidade, iii) desertificação, iv) mitigação da mudança climática, v) adaptação à mudança climática. As energias verdes, ao serem relacionadas com uma economia de baixo carbono, são identificadas com as medidas de mitigação da mudança climática. Para além da definição estritamente financeira da OCDE, os avanços recentes do Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC reforçam a necessidade de instrumentos de transferência de tecnologia e capacitação como elementos de cooperação Norte-Sul relativos à alteração climática.

Os objetivos da CSS são mais amplos e deliberadamente se mesclaram, desde sua gênese, com elementos políticos. Buscando uma definição sintética e levando em conta seu caráter histórico, pode-se dizer que a CSS deve atuar para mitigar os problemas característicos do Sul Global. Deve, em primeiro lugar, haver uma horizontalidade e uma coordenação deliberada das iniciativas. Não deve, por princípio, estabelecer condicionalidades políticas aos países receptores de ajuda, diferenciando-se assim das relações de padrão Norte-Sul marcadas por uma relação subordinada. Deve promover cooperação técnica de tal forma que todos os países possam ter acesso aos modernos padrões de produção e de governança. Por fim, podemos definir que as iniciativas de cooperação devam contribuir para o desenvolvimento, de tal forma que possam influenciar na conjuntura internacional e a alterar a estrutura econômica interna e promover melhores condições de inserção internacional (PEDROZO e PIRES, 2017).

O debate sobre os instrumentos característicos da CSS também é controverso. Leite (2012) indica que, dado o caráter histórico da CSS e a busca de maior integração econômica entre os países do Sul como forma de reduzir a dependência do Norte, seria conveniente contabilizar os dados referentes ao comércio e aos investimentos entre os países do Sul. No mesmo sentido, Ayllón indica que, por seus objetivos e características, reduzir a CSS à classificação da ODA subdimensionaria os esforços do Sul. Em uma tentativa de definição mais fiel às atividades da CSS, sugere:

[...] seriam contabilizadas as contribuições às instituições financeiras multilaterais – por exemplo, a bancos regionais de desenvolvimento ou ao Banco do Sul; os pagamentos de juros realizados por países em desenvolvimento a estas instituições, na medida em que são recursos que financiam as facilidades concessionais para os países mais pobres; as contribuições às reposições dos fundos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID); os mecanismos regionais para fins de apoio à balança de pagamentos, como o Fundo Latino-Americano de Reservas (Flar); os mecanismos de apoio ao comércio, como os créditos à exportação; a aquisição de bônus soberanos e valores de outros países em desenvolvimento, como fez a Venezuela em favor de Equador e Argentina; os fluxos de investimento estrangeiro Sul-Sul; e a quantificação da cooperação técnica por meio da valorização do envio de especialistas, servidores públicos ou missões conjuntas (AYLLÓN, 2014).

Em relação às iniciativas voltadas para cooperação em energia verde, meio ambiente e alteração climática, os avanços mais recentes foram aqueles registrados na seção anterior, sob liderança chinesa, no âmbito da UNFCCC. Do ponto de vista metodológico, não constatamos nenhuma iniciativa multilateral significativa tal como aquela apresentada pela OCDE.

A amplitude das definições e a consequente inexistência de um banco de dados coeso sobre a prática da CSS implica, frequentemente, na ausência de dados passíveis de serem comparados. Esse problema se aguça para o caso chinês. A deliberada vinculação da política chinesa de ajuda aos seus interesses econômicos não nos permite estabelecer limites claros para delimitar o que é *ajuda*, nos termos da OCDE, e o que é investimento ou financiamento (BRAUTIGAM, 2011, p. 755). Por um lado, considera-se que uma apresentação clara desses dados poderia contribuir para que a China fosse chamada a se engajar com maior intensidade na solvência dos problemas de ordem global¹². Por outro lado, a discordância chinesa sobre os termos apresentados pela OCDE faz com que sua própria metodologia de classificação das políticas de ajuda seja propositalmente diferente. Como exemplo mais evidente de tal diferença, pode-se citar que a OCDE contabiliza como ajuda o valor total dos empréstimos

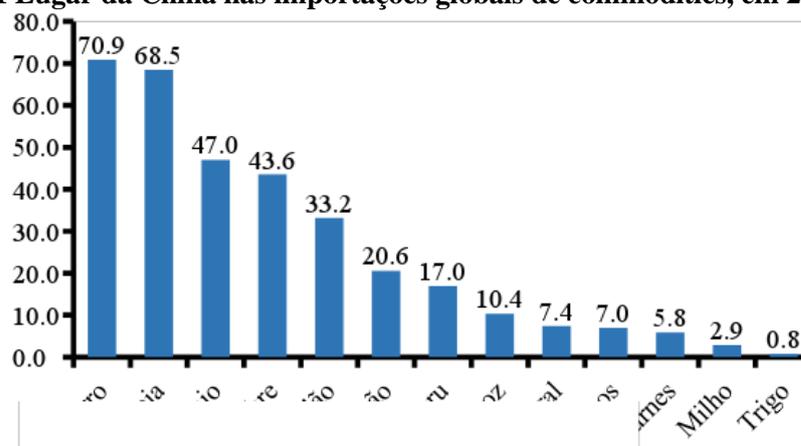
¹² Embora haja algum consenso sobre uma maior assertividade da política externa chinesa sob a liderança de Xi Jinping, não se pode dizer que uma postura claramente hegemônica e interveniente seja característica marcante da China contemporânea. Alterações nesse sentido são recentes e demandam novas investigações.

concedidos. A China, por outro lado, apenas contabiliza como ajuda os subsídios concedidos e não o valor de face do financiamento (XIAOYUN, BANIK, *et al.*, 2014).

Em contrapartida, a própria amplitude da definição da CSS pode mostrar uma saída. Nesse sentido, poderíamos pensar na hipótese do Novo Bandung de Arrighi (2008, p. 388). O autor ítalo-americano sugere que diante do desequilíbrio global apresentado nos últimos anos e da acumulação de capital na região asiática, particularmente na China, uma maneira de confirmar uma tendência contra-hegemônica da atuação chinesa, que atendesse às premissas históricas da CSS, seria verificar se a exportação de capitais da China serviria à emancipação do Sul Global ou serviria para fortalecer a posição hegemônica dos Estados Unidos. Ora, nesse sentido, não haveria necessidade estrita em se distinguir o que é caracterizado como investimento ou o que é efetivamente ajuda, nos termos da OCDE.

O “modelo asiático de desenvolvimento” e o “novo conceito de segurança”

Podemos dividir a evolução recente da economia chinesa em duas fases. A primeira fase corresponde ao que se pode chamar de “modelo asiático de desenvolvimento”. Esse período, que vai do início da década de 1990 até o ano de 2012, caracterizou-se, *grosso modo*, pela grande atração de investimentos diretos direcionados para as manufaturas de exportação, controle estatal do câmbio e de setores produtivos estratégicos. Características culturais e a atuação do Estado resultaram em altas taxas de poupança-investimento. A ação do Estado também se verificou na promoção de educação, sobretudo em áreas técnicas, de engenharia e ciências (PIRES, 2011). Como consequência, verificou-se vultosos superávits na balança comercial e no balanço de pagamentos além de taxa média de crescimento do PIB próxima de 10% a.a. (UNCTAD, 2014). O célere aumento da produção voltada para a exportação fez com que a China adquirisse fatias de mercado no mundo todo. Ao mesmo tempo, o voraz apetite por matérias-primas esgotou rapidamente a capacidade interna de suprimento e fez com que os chineses buscassem, cada vez mais, oferta externa.

Figura 1 Lugar da China nas importações globais de commodities, em 2014 (%)

Fonte: COMTRADE, HS 12, elaborada pelos autores.

Entre os anos de 1995 e 2013 o número de parceiros comerciais, de onde originaram-se as importações chinesas, saltaram de 167 para 212 (UNCTAD, 2014). Em 2010, ela consumiu sozinha aproximadamente 20% das fontes de energias não renováveis, 23% das principais culturas agrícolas e 40% das *commodities* metálicas do planeta (ROACHE, 2012). A Figura 1 contribui para evidenciar a dependência externa chinesa por algumas *commodities*, medida pela participação das importações dela nas importações globais. Em 2014, a China foi responsável por mais de 70% da importação de ferro, mais de 68% da importação de soja, 47% na importação de alumínio, mais de 43% na importação de cobre, mais de 33% da importação de algodão, mais de 20% da importação de carvão e mais de 10% da importação de petróleo bruto.

Foi diante desse quadro que as questões econômicas como elemento de segurança ganharam maior relevância. Antes difundidos por Jiang Zemin e Qian Qichen em discursos para encontros regionais, o “Novo Conceito de Segurança” (*xin anquanguan*) foi, pela primeira vez, citado no Livro Branco para Defesa (CHINA, 2000). Tal conceito partiu de um reconhecimento mais abrangente dos desafios que se impõem à segurança dos Estados e propôs três vertentes operacionais: a segurança comum, a segurança cooperativa e a segurança abrangente. Legada dos tempos da Guerra Fria, a segurança comum reafirmava a contrariedade chinesa em relação à formação de alianças e ao hegemonismo de maneira ampla. A segurança cooperativa ressaltou a aposta no diálogo e na identificação dos interesses das partes envolvidas. Da segurança cooperativa derivou a persecução da “estratégia win-win”, tão presente na diplomacia chinesa atual. Desde o início do século XXI, esse princípio foi largamente utilizado pela China para sustentar uma nova ênfase em organismos consultivos bilaterais e multilaterais, como a Organização de Cooperação de Shanghai e o Fórum de Diálogo China-ASEAN. Nesse mesmo sentido, avançaram as “Parcerias

Estratégicas” da China como elemento de aprofundamento das relações bilaterais. Por fim, a segurança abrangente se dividiu em três dimensões: política, economia e assuntos militares (CARRIÇO, 2012, p. 42).

Do ponto de vista institucional, a unicidade do Estado chinês, garantida pela atuação do Partido Comunista¹³, proporcionava atuação coordenada em várias frentes. Atenta às necessidades do Novo Conceito de Segurança, a política “Go Global” (*Zhōuchūqù*) foi capaz de sincronizar diversos órgãos com o intuito de promover a atuação de empresas chinesas no exterior. O Fundo de Ajuda Exterior para Joint Ventures e Projetos Cooperativos, o Banco de Desenvolvimento da China e o Exim Bank da China ganharam novo fôlego. Ampliou-se o esforço de internacionalização das empresas estatais remanescentes, organizadas desde 2003 em torno da SASAC (State Assets Supervision and Administration Commission) e que se concentraram em setores estratégicos, sobretudo infraestrutura e energia¹⁴. Foram criados fundos soberanos de reserva como o CIC (China Investment Corporation) e o NSSF (National Social Security Fund). O antigo ministério do Planejamento, agora chamado de Comissão para Reforma e Desenvolvimento Nacional, passou a acumular funções relativas à atuação das empresas chinesas no exterior, juntamente com o MOFCOM (Ministry of Commerce), incluindo aquelas atividades consideradas como “ajuda para o desenvolvimento”. Como expressão mais recente da internacionalização das empresas chinesas podemos citar o lançamento da política “Um cinturão, uma rota” que, por sua vez, possui apoio institucional no recém-criado Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), ou, em menor medida, no Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

As novas características e intensidade da Cooperação Sul-Sul chinesa não podem ser entendidas fora do quadro aqui apresentado. Se para se relacionar com as grandes potências centrais a China se valeu do “Desenvolvimento Pacífico”, as relações com o Sul, cada vez mais foram associadas à segurança cooperativa e ao resgate do “Espírito de Bandung” (XINHUA, 2015)¹⁵. De acordo com o documento chinês de 2011 sobre sua *Ajuda Externa* e

¹³ Murphy (2008) sugere que, embora as divergências no interior do Partido Comunista Chinês existam, elas ficam restritas às discussões presentes nos Congressos do partido. Uma vez tomadas as decisões, elas costumam ser seguidas e reproduzidas pelos mais diversos órgãos que compõem o Estado chinês.

¹⁴ Em 2015 a SASAC central era responsável por 25 corporações no setor de insumos e serviços de construção, 24 no setor de petróleo, carvão, geração e distribuição de energia e 18 no setor de transportes e aviação civil (SASAC, 2015).

¹⁵ Em discurso, Xi Jinping destacou três pontos fundamentais para resgatar o espírito de Bandung: 1) aprofundar a cooperação entre Ásia e África; 2) ampliar a cooperação Sul-Sul, incluindo América Latina, Pacífico Sul e países em desenvolvimento de demais regiões; e 3) promover a cooperação Norte-Sul livre de condicionalidades políticas.

fontes secundárias podemos sintetizar as características da CSS chinesa e as diferenças em relação à ODA da OCDE da seguinte maneira (CHINA, 2011; WOLF, WANG e WARNER, 2013; SURASKY, 2014).

- 1) A China não possui uma agência de cooperação. As políticas de ajuda são definidas pelo MOFCOM em sua maior parte, e, em menor medida, pela NDRC, organismos centrais do planejamento econômico na China e que, portanto, podem associar de maneira estreita as políticas de cooperação aos interesses econômicos do país;
- 2) Ainda que haja maior engajamento em instituições multilaterais sob a órbita da hegemonia estadunidense, suas políticas se concentram em relações bilaterais marcadas pela segurança cooperativa, ou seja, pela identificação de interesses em comum mais facilmente encontrados nas relações bilaterais. Os mecanismos financeiros envolvidos, na maioria das vezes, são o Exim Bank da China e o Banco Chinês de desenvolvimento. Em alguma medida, amplia-se a participação chinesa em instituições multilaterais moldadas à sua imagem, como o Acordo Contingente de Reservas e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, bem como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.
- 3) Os fundos mobilizados podem ser concedidos na forma de i) doações, ii) empréstimos e financiamentos concessionais e iii) investimentos patrocinados pelo governo. Enquanto instrumento e característica dos destinos, as doações e empréstimos concessionais estão mais próximas da definição da ODA. Os investimentos patrocinados pelo governo são mais complexos e envolvem a participação de empresas estatais e condicionam, frequentemente, à compra de bens e serviços chineses para sua realização ou à venda dos produtos, no caso de algumas *commodities*, às empresas chinesas.

Embora nesta nova fase, isto é, no “novo normal” do desenvolvimento chinês, algumas necessidades mais imediatas sejam distintas, o arcabouço institucional e as diretrizes centrais da política externa chinesa não parecem sofrer alterações súbitas, mas apenas adaptações. É necessário, portanto, ter em conta o quadro até aqui descrito para que possamos compreender as políticas chinesas de cooperação à luz de suas necessidades econômicas mais recentes.

IV. O novo normal e as políticas chinesas de cooperação no setor energético

As origens do novo normal ainda são debatidas. Parte da literatura considera a possibilidade de uma armadilha da renda média e enxerga limites na continuidade do crescimento econômico na China por conta de seus próprios aspectos internos, em especial a convivência entre os setores públicos e privados. Outros autores creditam o padrão reduzido de crescimento econômico, entre 6,5% e 7%, à fatores conjunturais relativos a crise de 2008 (WOO, 2017). Independente dos fatores determinantes da nova normalidade chinesa, interessa-nos outros aspectos subjacentes. Como parte dos esforços para conter os impactos da crise de 2008, o governo chinês lançou um *quantitative easing* que impulsionou os investimentos, sobretudo aqueles destinados à infraestrutura e construção, como determinante do PIB. Essa injeção de capital foi o que prolongou por mais alguns anos as altas taxas de investimento e crescimento econômico na China e, por consequência, o ciclo de commodities que favoreceu o crescimento econômico da periferia mundial. Embora o Estado chinês dispusesse de grande volume de capitais, esse movimento esbarrava em limites estruturais, particularmente no aumento da capacidade ociosa, caso novas demandas não fossem mobilizadas.

O incentivo à maior participação no mercado interno como elemento dinâmico da economia foi uma forma de mitigar os problemas da redução da demanda externa. Nesse sentido, cabe destacar iniciativas indicadas no Terceiro Pleno do 18º Congresso do Partido Comunista como o relaxamento do *hukou*, lei de migração interna da China, que passou a permitir maior fluxo de pessoas do campo para as cidades e a implantação da política de aumento de fundos das empresas estatais destinados a seguridade social (XINHUA, 2014; CHINA, 2013). Da parte da oferta, algumas medidas merecem destaque. Houve uma reforma das regras para concessão de empréstimos às empresas que eliminou o teto da taxa de juros antes existente ao mesmo tempo em que houve redução da taxa básica de juros¹⁶. Na prática, os bancos poderiam elevar as taxas para setores já saturados e com risco de menor retorno e reduzir as taxas para setores em expansão. Relacionado a isso, houve alteração do processo de abertura de empresas buscando redução da burocracia para empreendimentos voltados à inovação (PEOPLE'S DAILY, 2015; 2015b).

Na Tabela 1 apresentamos a taxa de crescimento dos investimentos em ativos fixos para alguns setores selecionados. Pode-se perceber que o crescimento dos investimentos foi se

¹⁶ Entre o final de 2014 e o final de 2015 a taxa básica de foi reduzida de 5,6% para 4,35% (PBC, 2015)

reduzindo após a crise de 2008. O setor de construção, intimamente ligado ao *quantitative easing* chinês teve seu pico em 2010 e 2011, apresentando queda e arrefecimento dos investimentos, quando comparado com o período de pico. O setor de mineração, associado ao fornecimento de matérias primas para investimentos “pesados” e à utilização de tecnologias obsoletas e poluentes tem redução de investimentos. As manufaturas, por acompanharem de perto o mercado externo, perdem seu dinamismo. Por outro lado, o fornecimento de energia para a população retoma e amplia os níveis de investimento pré-crise. Os setores mais tecnológicos demonstram maior dinamismo.

Tabela 1 - Taxa de crescimento dos investimentos em ativos fixos por setor selecionado, 2006-2015 (%)

	Total	Mineração	Manufaturas	Energia Elétrica, Aquec., Gás e água	Construção	Tecnologia da informação	Pesquisa científica e serviços técnicos
2006	24,3	28,4	29,1	13,4	19,8	13,5	9,6
2007	25,8	26,6	34,7	10,0	24,7	2,7	12,1
2008	26,6	30,3	30,7	15,4	20,5	17,1	37,7
2009	30,4	19,3	26,6	29,1	31,2	19,3	51,1
2010	24,5	18,7	26,9	7,7	42,9	-5,9	17,1
2011	25,3	21,2	37,7	0,5	44,5	-9,1	32,4
2012	20,7	13,2	21,3	13,7	13,7	23,8	47,4
2013	19,4	10,2	18,6	17,7	-4,2	14,6	26,6
2014	15,0	-0,8	13,1	16,3	14,2	33,0	34,7
2015	10,0	-10,8	8,0	17,0	21,4	34,4	12,6

Fonte: NBS, 2016. Elaborada pelos autores.

A ênfase no desenvolvimento de novas tecnologias é reiteradamente citada como elemento fundamental da nova dinâmica da economia chinesa. Dentre os setores tecnológicos estimulados está o setor energético. Coerente com a postura adotada nos encontros multilaterais de alteração climática, os chineses se esforçam para desenvolver tecnologias que tornem suas plantas energéticas baseadas em energias fósseis mais eficientes ao mesmo tempo em que buscam novas tecnologias verdes. O atual presidente chinês reconheceu:

É de notar que, apesar dos êxitos significativos no desenvolvimento energético, o nosso país está enfrentando uma série de desafios como, por exemplo, a pressão enorme por demanda de energia, limitação na oferta, graves prejuízos ambientais causados pela produção e consumo de energia e nível tecnológico atrasado em geral. (XI JINPING, 2014, p. 159)

E, corroborando nossa abordagem, concluiu ele: “Devemos ponderar sobre a situação a partir de estratégias de desenvolvimento e segurança nacional e achar um caminho que corresponda à atual tendência do desenvolvimento energético” (XI JINPING, 2014, p. 159).

De fato, em 2015, a China foi, por larga margem, o país que mais investiu em energias renováveis¹⁷. Foram aportados US\$ 102,9 bilhões no setor, o equivalente a 36% do investimento total mundial. Como comparação, no mesmo período, os Estados Unidos investiram US\$ 44,1 bilhões, o Japão US\$ 36,2 bilhões, o Reino Unido US\$ 22,2 bilhões, a Índia US\$ 10,2 bilhões, a Alemanha US\$ 8,5 bilhões e o Brasil US\$ 7,1 bilhões (FS-UNEP, 2016). A Tabela 2 demonstra que os chineses vêm obtendo êxito na redução da dependência da energia térmica, baseada na queima do carvão. Em contrapartida, aumenta-se a participação das energias solar e eólica no total da capacidade instalada de energia.

Tabela 2 - China: capacidade instalada de geração de energia, 2005-2015 (%)

Ano	Térmica	Hidrelétrica	Nuclear	Eólica	Solar
2005	75,7	22,7	1,3	0,2	0,0
2006	77,1	20,8	1,1	0,3	0,0
2007	77,4	20,6	1,3	0,6	0,0
2008	76,0	21,8	1,1	1,1	0,0
2009	74,5	22,5	1,0	2,0	0,0
2010	73,4	22,4	1,1	3,1	0,0
2011	72,3	21,9	1,2	4,4	0,2
2012	71,5	21,8	1,1	5,4	0,3
2013	69,2	22,3	1,2	6,1	1,3
2014	67,4	22,2	1,5	7,0	1,8
2015	65,9	20,9	1,8	8,6	2,8

Fonte: NBS, 2016. Elaborada pelos autores.

Dada a expertise adquirida nos setores tradicionais, a acumulação de capital possibilitada pelos longos períodos de altas taxas de investimento garantidas pelo “modelo asiático de desenvolvimento” e a incapacidade de reinvestir no próprio território chinês a partir da nova normalidade e da assunção mais clara dos compromissos ambientais, este trabalho sugere que tecnologias obsoletas estão sendo financiadas e exportadas para o mundo em desenvolvimento com mais intensidade que a ocorrência de políticas de cooperação para o desenvolvimento de energias verdes.

¹⁷ A metodologia da FS-UNEP exclui grandes hidrelétricas (acima de 50MW) de seus levantamentos por considerar que este tipo de investimento já está “maduro” há décadas e em estágio de desenvolvimento muito diferente do que energia solar ou eólica, por exemplo.

A abordagem da CSS que buscamos evidenciar na segunda seção e a disponibilidade dos dados direciona nossa análise em três esferas: i) a participação chinesa em instituições multilaterais voltadas para o Sul Global; ii) os bancos e fundos chineses de desenvolvimento, em que se incluem os créditos à exportação oferecido pelo Exim Bank da China; e iii) os investimentos realizados no exterior. Uma análise da cooperação técnica no setor energético seria interessante. Contudo, pela ausência da clareza nos dados oferecidos pela própria China, sugere-se que tal análise demandaria uma abordagem caso a caso a partir da construção das Parcerias Estratégicas, canais pelos quais os chineses buscam aprofundar as relações e de onde surgem grupos de trabalho e missões conjuntas que envolvem os mais variados organismos privados e estatais bem como universidades e institutos de pesquisa. O detalhamento necessário para esse tipo de análise fugiria ao escopo deste trabalho.

Instituições multilaterais

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), que passou a funcionar em janeiro de 2016, foi criado com o objetivo de promover maior integração econômica na região asiática por meio do financiamento de projetos de infraestrutura. A criação e funcionamento do organismo ocorre com grande influência da China, que detém 27% dos votos na instituição¹⁸.

Quadro 1 - Projetos em energia aprovados pelo AIIB (US\$ milhões)

País	Projeto	Valor total	Valor AIIB
Azerbaijão	Construção de Gasoduto Trans Anatolian (TANAP)	8.600	600
Myanmar	Usina de Cogeração - Combined Cycle Gas Turbine (CCGT)	N/D	20
Paquistão	Ampliação de Usina Hidrelétrica	823	300
Bangladesh	Ampliação de eletrificação rural e atualização de subestações de rede	262	165

Fonte: (AIIB, 2017)

Dentre os documentos que regulam a atuação do banco, está o Quadro Social e Ambiental, que, entre outras disposições, adota o Acordo de Paris como diretriz para aprovação dos projetos. Isto é, busca contribuir para a questão da alteração climática e ajudar os clientes a atingirem a Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, no inglês) - documento que registra o compromissos e a contribuição dos países para o acordo climático que se (AIIB, 2016). O AIIB conta com 9 projetos já aprovados, dos quais 4 são voltados para o setor energético (Quadro 1). Dois projetos são voltados para distribuição de energia. Os

¹⁸ Dentre outros membros expressivos, podemos citar a Rússia com 6,3% dos votos e a Índia, com 8,0%.

projetos de geração de energia resumem-se a ampliação de uma usina hidrelétrica e à construção de uma usina térmica de cogeração. Embora tais usinas sejam consideradas mais eficientes que as térmicas tradicionais (SOARES, 2008), os impactos ambientais não são desprezíveis. O próprio AIIB, que utiliza a categorização social e ambiental do IFC-Banco Mundial (2017), classifica este projeto especificamente como “categoria A”, ou seja, “atividades de negócios com potenciais riscos ambientais e sociais adversos significativos e/ou impactos diversos, irreversíveis ou sem precedentes”

De maneira semelhante ao AIIB, o NDB também possui diretrizes sociais e ambientais bastante detalhadas. Os projetos aprovados até o final de 2016, 7 no total, destinavam-se a projetos de energia verde. Em abril de 2016, o NDB aprovou empréstimos no valor de US\$ 811 milhões para serem distribuídos entre projetos de energia renovável na China, Índia, Brasil e África do Sul. Em encontro de novembro de 2016 foi anunciado que se planeja aprovar projetos no valor total de US\$ 2,5 bilhões. Na mesma ocasião, em conformidade com os propósitos do banco, foi aprovado financiamento para construção de um parque eólico na Índia (NDB, 2017).

Bancos e fundos de desenvolvimento

Dos diversos fundos de desenvolvimento oferecidos pela China nos anos recentes, apenas dois são voltados para questões ambientais e de alteração climática: o já mencionado SSCF e o Fundo Verde da Rota da Seda. Somados, contudo, correspondem a apenas 6,9% (US\$ 8 bilhões) do montante destinado aos fundos de desenvolvimento em geral.

Tabela 3 - Projetos em energia: distribuição dos subsetores por bancos de desenvolvimento, 2007-2014 (% sobre valor de capital concedido)

Fonte de energia	China*	Banco Mundial	IADB	AfD	AsDB
Carvão	66	0	0	3	7
Gás	2	25	1	0	0
Petróleo	5	2	6	3	0
Hidrelétrica	27	50	79	53	62
Eólica	1	5	0	0	15
Solar	0	16	12	41	6
Bioenergia	0	2	1	0	10
Renováveis	28	73	93	94	93
Renováveis exceto hidrelétricas	1	23	14	41	31

Fonte: Reproduzido de Gallagher, Kamal, *et al* (2016)

* Estão incluídos o Banco de Desenvolvimento da China e o Exim Bank da China.

Essa tendência é acompanhada pela atuação dos seus bancos de desenvolvimento. Gallagher, Kamal et. al. (2016) estimam que, entre 2007 e 2014, os Bancos de

Desenvolvimento da China forneceram US\$ 117 bilhões em capitais para projetos de energia. É importante salientar que os bancos chineses somados, ofereceram valor quase similar a soma fornecida pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB), Banco Africano de Desenvolvimento (AfD) e Banco Asiático de Desenvolvimento (AsDB). Outra maneira de analisar esses dados é verificar em quais subsetores os capitais chineses foram aportados. A Tabela 3 faz uma comparação dos projetos energéticos financiados por alguns bancos de desenvolvimento. Os dados apontam que o percentual do valor destinado aos projetos de energia renovável é significativamente maior nos demais bancos analisados. Em contrapartida, somados, o Exim Bank da China e o Banco Chinês de desenvolvimento têm em seus portfólios apenas 28% (US\$ 33 bilhões) de valores destinados às energias renováveis. Desse percentual, 27% (US\$ 32 bilhões) está voltado para os projetos hidrelétricos e apenas 1% para energia eólica. Chama a atenção que 66% (US\$ 77 bilhões) dos valores aprovados entre 2007 e 2014 tenham sido destinados às energias baseadas na queima do carvão.

a) Investimentos no exterior

Os dados sobre investimentos foram coletados na base mantida pelo projeto “The China Global Investment Tracker”. Dada a dificuldade em se decompor os dados oficiais sobre investimentos da China no exterior, essa base está entre as iniciativas que buscam mapear o fluxo de capitais mediante pronunciamentos oficiais e noticiários chineses e locais. Esse tipo de metodologia padece de alguns problemas. O primeiro deles é desconsiderar investimentos de valores mais baixos, uma vez que estes não são celebrados em eventos oficiais pelos governos e, por consequência, não aparecem nas mídias de maior circulação. No entanto, uma vez que nosso interesse está nos grandes investimentos e contratação de serviços de construção apoiados pelo governo chinês, os pequenos investimentos perdem relevância e não influenciam na análise dos dados.

O segundo problema tem maior impacto para os nossos objetivos. De acordo com os interesses dos governos chinês e dos receptores, alguns valores anunciados podem ser superestimados ou subestimados. Além disso, muitos desses valores podem não chegar a ser efetivamente realizados. Os mantenedores da base reiteram que a sistemática verificação em diversos veículos de notícias busca sanar esse problema, revisando valores e mantendo em tabela separada aqueles investimentos ou contratos prometidos que não se efetivaram com o tempo. Por esse motivo, entendemos que a utilização desses dados não prejudica os objetivos

desta análise. Em terceiro lugar, principalmente para os anos mais recentes, não é possível distinguir subsetores dentro do setor energia, fator que nos importa para esta pesquisa. A correta identificação da totalidade dos setores demandaria uma pesquisa mais detida caso a caso, o que foge ao escopo desta pesquisa.

Tabela 4 - Investimentos e contratos em energia

Ano	Alternativa	Hidrelétrica	Carvão, petróleo e gás	Não especificado	Total
2005	0	250	7.400	390	8.040
2006	0	670	8.650	8.680	18.000
2007	0	3.740	13.040	2.650	19.430
2008	0	3.240	15.480	4.170	22.890
2009	100	5.840	26.470	4.850	37.260
2010	0	15.400	29.570	14.470	59.440
2011	610	5.730	16.730	11.680	34.750
2012	890	6.420	21.960	5.590	34.860
2013	1.910	9.300	31.210	18.740	61.160
2014	1.880	6.350	33.340	2.010	43.580
2015	3.680	14.900	27.110	19.890	65.580
2016	1.780	10.240	24.130	16.120	52.270
2005-2016	10.850	82.080	255.090	109.240	457.260

Fonte: American Enterprise Institute (2016). Elaborada pelos autores.

Na Tabela 4 estão dispostos os dados sobre os investimentos e contratos no setor de energia realizados pela China no mundo em desenvolvimento¹⁹. Demonstramos também os investimentos que não tiveram identificação de subsetor. Percebe-se que, embora os investimentos não identificados tenham valor significativo, dentre os valores conhecidos, os investimentos e contratos destinados aos subsetores de petróleo, gás e carvão são predominantes. De 2005 a 2016 acumularam-se valores investidos na ordem de US\$ 255 bilhões. As energias alternativas, embora registrem crescimento, correspondem a apenas US\$ 10,9 bilhões. De maneira similar ao que foi apresentado pelos dados referentes aos financiamentos concedidos pelos bancos chineses de desenvolvimento, a energia hidrelétrica ocupa espaço importante dos investimentos chineses, embora em proporção menor que os subsetores de carvão, gás e petróleo.

¹⁹ Conforme a nomenclatura utilizada pela China em seus documentos, consideramos o “mundo em desenvolvimento” por exclusão. Isto é, desconsideramos do valor total os países europeus (exceto Rússia), a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá, Israel, Japão e Coreia do Sul.

V. Considerações finais

A alteração climática preocupa a comunidade internacional, o que se reflete nas negociações recentes sobre o tema. Consta-se que o tema ambiental, particularmente da mudança climática, insere-se na órbita da cooperação para o desenvolvimento. A preocupação com a criação de mecanismos financeiros, o discurso do engajamento dos países desenvolvidos para garantia do *desenvolvimento sustentável* dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento e a cooperação sul-sul entendida como complementar à cooperação Norte-Sul são elementos compatíveis com o discurso da cooperação para o desenvolvimento no século XXI.

A China aparece com destaque nessa agenda. Coerente com sua política externa, participa deste debate reafirmando sua condição de país em desenvolvimento e se inserindo na lógica da Cooperação Sul-Sul, fato que lhe permite enfatizar o caráter complementar de suas iniciativas. Dessa maneira, os chineses lançam metas ambiciosas para mitigação da alteração climática e demonstram iniciativas e, ao mesmo tempo, demonstram liderança nas iniciativas de cooperação Sul-Sul. No entanto, embora os esforços chineses na direção de uma transição energética sejam expressivos, eles parecem se circunscrever as suas próprias fronteiras. Seja por conta das limitações ambientais e dos compromissos internacionais assumidos, seja por conta de elementos econômicos associados ao novo ritmo de crescimento chinês.

Dadas as seguintes condições: i) o arcabouço institucional legado do “Novo Conceito de Segurança” que permite ampla coordenação governamental para internacionalização das empresas chinesas; ii) a acumulação de capital que não encontra mais espaço para expansão interna em setores estratégicos à primeira fase do desenvolvimento chinês contemporâneo – infraestrutura e energia; iii) os imperativos ambientais dentro das fronteiras chinesas que tendem a direcionar o aumento do consumo baseado em novas energias; iv) e a não assunção de responsabilidades claras para a cooperação sobre alteração climática, podemos questionar as condições materiais necessárias para efetivas práticas de cooperação.

Os dados com os quais trabalhamos demonstraram que as instituições multilaterais (AIIB e NDB) possuem diretrizes mais claras para concessão de empréstimos para projetos que atendam as premissas da cooperação para desenvolvimento de energias verdes, embora os valores envolvidos sejam pequenos em comparação com as outras esferas analisadas. Os bancos chineses de desenvolvimento e a atuação das grandes empresas chinesas envolvem valores muito mais altos. Se, de acordo com a hipótese do Novo Bandung de Arrighi (2008),

busca-se analisar o que a China financia, pode-se dizer que sua participação contribui para a construção de espaços alternativos aos quais os países em desenvolvimento podem recorrer. No entanto, suas necessidades econômicas mais prementes direcionam esses capitais para setores problemáticos às questões climáticas e ambientais do Sul Global.

Uma análise da cooperação técnica no setor energético seria interessante. Contudo, pela ausência da clareza nos dados oferecidos pela própria China, tal análise demandaria uma abordagem caso a caso a partir da construção das Parcerias Estratégicas, canais pelos quais os chineses buscam aprofundar as relações e de onde surgem grupos de trabalho e missões conjuntas que envolvem os mais variados organismos privados e estatais bem como universidades e institutos de pesquisa. O detalhamento necessário para esse tipo de análise fugiria ao escopo deste trabalho. Trabalhos futuros...

Referências

AIIB. Environmental and Social Framework. **Asian Infrastructure Investment Bank**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/813mqQ>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

AIIB. Approved projects. **Asian Infrastructure Investment Bank**, 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/index.html>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. **Worldwide Chinese Investment & Construction (2005-2016)**, 2016. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AYLLÓN, B. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: evolução histórica e dimensões teóricas. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, 5, n. 8, jan. 2006. 5-23.

AYLLÓN, B. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, A. D. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 277.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991: o desafio do desenvolvimento**. Banco Mundial. Washington DC. 1991.

BRAUTIGAM, D. Aid "with chinese characteristics: chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime. **Journal of international development**, n. 23, 2011. 752-764. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1798/epdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

CABANA, S. L. **Cronología e história de la cooperación sur-sur: un aporte desde Iberoamérica**. Programa Iberoamericano para fortalecimiento de la cooperación sur-sur. [S.l.]. 2014.

CARRIÇO, A. Os Livros Brancos da defesa da República Popular da China 1998-2010. **IDN Cadernos**, Lisboa, maio 2012.

CHINA. **China's National Defense in 2000**. State Council. Beijing. 2000.

CHINA. China's Foreign Aid. **White papers**, 2011. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2011-04/21/content_1849913.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. **Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reform**. 18th Central Committee of the Communist Party of China. Beijing: [s.n.]. 2013.

CHINA. **Enhanced actions on climate change: China's intended nationally determined contributions**. National development and reform commission of China. Beijing. 2015.

ELBEHRI, A.; ELLIOTT, J.; WHEELER, T. Climate change, food security and trade: an overview. In: ELBEHRI, A. **Climate change and food systems: global assessments and implications for food security and trade**. Rome: FAO, 2015. p. 1-27. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4332e.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ESTADOS UNIDOS. **U.S.-China Joint Announcement on Climate Change**. Washington-D.C. 2014.

EUROPEAN COMMISSION. **Integrating the environment and climate change into UE international cooperation and development: towards sustainable development**. Directorate-General for International Cooperation and Development. Brussels, p. 142. 2016.

FENG, H. Efforts to cut steel capacity not working. **China dialogue**, Beijing, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/9642-Efforts-to-cut-steel-capacity-not-working>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FS-UNEP. **Global trends in renewable energy investment 2016**. United Nations Environment Programme. Frankfurt. 2016.

GALLAGHER, K. et al. **Fueling growth and financing risk: the benefits and risks of China's development finance in the global energy sector**. Global Economic Governance Initiative. Boston, p. 27. 2016.

GEF. Projects database. **Global Environment facility: investing in our planet**, 2016. Disponível em: <<https://www.thegef.org/projects>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

HONGQIAO, L. China would facilitate south-south cooperation on climate change as third party, said former minister Xie Zhenhua. **Earth Journalism Network**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/66B3eo>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

IFC. Environmental and social categorization. **International Finance Corporation**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/yaTvG3>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observador on-line**, Rio de Janeiro, 7, n. 03, mar. 2012. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

MEYER, R. Trump and the Paris Agreement: What Just Happened? **The Atlantic**, 04 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/science/archive/2017/08/trump-and-the-paris-agreement-what-just-happened/536040/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MILANI, C. Evolução histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, A. D. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 277. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

MURPHY, M. Decoding Chinese politics: intellectual debates and why they matter. **Center for Estrategig and International Studies**, jan. 2008.

NBS. **China statistical yearbook**. Beijing: China Statistics Press, 2016. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

NDB. Press releases. **New Development Bank**, 22 fev. 2017. Disponível em: <<http://ndb.int/news.php#parentHorizontalTab2>>.

OECD. Is it ODA? **DAC-Stats**, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/stats/34086975.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ONU. **The road to dignity by 2030: ending poverty, transforming all lives and protecting the planet**. New York. 2014.

PBC. 金融机构人民币贷款基准利率（2015年10月24日更新）. **The People's Bank of China**, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/zhengcehuobisi/125207/125213/125440/125838/125888/2968985/index.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

PEDROZO, G. E.; PIRES, M. C. Desafios para a cooperação Sul-Sul entre China e América do Sul. In: XAVIER, L.; AVILA, C. **Política, Cultura e Sociedade na América Latina: estudos interdisciplinares e comparativos**. Curitiba: CRV, v. 4, 2017. p. 487-518.

PEOPLE'S DAILY. China fijará tipos de interés según el mercado. **People's Daily**, Beijing, nov. 2015. Disponível em: <<http://spanish.peopledaily.com.cn/n/2015/1105/c31620-8971871.html>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

PEOPLE'S DAILY. China especifica principales tareas económicas para 2016. **People's Daily**, Beijing, dez. 2015b. Disponível em: <<http://spanish.peopledaily.com.cn/n/2015/1215/c31620-8990552.html>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do combate à pobreza. **Topoi**, 11, n. 21, jul-dez 2010. 260-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00260.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PIRES, M. C. A estratégia de modernização da China como expressão de um "modelo asiático". In: PIRES, M. C.; PAULINO; ANTONIO, L. **As relações China-América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LCTE, 2011.

PREBISCH, R. Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 373-422.

ROACHE, S. China's impact on world commodity market. **IMF Working Paper**, n. 115, p. 1-23, maio 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp12115.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

ROGELJ, J. et al. Paris Agreement climate proposals need a boost to keep warming well below 2°C. **Nature**, n. 534, p. 631-639, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v534/n7609/full/nature18307.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SASAC. Central State-Owned Enterprises. **State-Assets Supervision and Administration Comission**, 2015. Disponível em: <<http://www.sasac.gov.cn/n86114/n86137/c1725422/content.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

SOARES, C. **Future trends in the gas turbine industry**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780750679695500235>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SURASKY, J. La gestión institucional de la Cooperación Internacional al Desarrollo ofrecida por la República Popular China. Buscando claridad en una voz fuerte. In: STAIANO, M. F. **El ordenamiento jurídico de la República Popular China en el marco del Derecho Internacional: planificación familiar, migraciones y cooperación**. La Plata: Ediciones IRI, 2014. p. 77-112.

UNCTAD. UNCTADStat. **United Nations Conference on Trade and Development**, 2014. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

UNITED NATIONS. **Paris Agreement**. UN Framework Convention on Climate Change. Paris, p. 25. 2015.

UNITED STATES. An America First Energy Plan. **The White House**, 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/america-first-energy>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VIGEVANI, T. **Terceiro mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, v. 2ª, 1994.

WOLF, C.; WANG, X.; WARNER, E. **China's Foreign Aid and Government-Sponsored Investment Activities: scale, content, destinations and implications**. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR100/RR118/RAND_RR118.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

WOO, W. T. China's growth odyssey. **Project Syndicate**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/SMuxup>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

XIAOYUN, L. et al. Difference and Indifference: China's development assistance Unpacked. **International Development Institute Bulletin**, Oxford, v. 45, n. 4, p. 22-35, jul. 2014.

XINHUA. China Voice: Hukou reform to invigorate China's development. **English.news.cn**, 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2014-07/31/c_133523276.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

XINHUA. Xi raises three-point proposal on carrying forward Bandung Spirit. **xinhuanet**, 22 abr. 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-04/22/c_134173719.htm>.

Recebido em: março/2017

Aprovado em: dezembro/2017.